

SEGURANÇA⁺i

APSEI

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA

GUIA PRÁTICO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:



ÍNDICE

Introdução	3
1. Obrigações do Empregador	4
2. Atividades Principais dos Serviços de SST	6
3. Modalidades de organização de serviços de SST	8
3.1. Serviço Interno	8
3.1.1. Dispensa do Serviço Interno	10
3.2. Serviço Comum	11
3.3. Serviço Externo	11
3.4. Recurso ao Serviço Nacional de Saúde	13
3.5. Atividades exercidas pelo Empregador ou por Trabalhador Designado	13
4. Requisitos para a Organização dos Serviços de SST	14
4.1. Segurança no Trabalho	14
4.2. Saúde no Trabalho	15
5. Consulta, Informação e Formação dos Trabalhadores na Área da SST	18
6. Exames de Saúde	19
7. Documentação	20
8. Representante dos Trabalhadores	20
9. Contactos	21
10. Enquadramento Legal	21
Anexos:	
Guia de Apoio à Organização dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho	23

INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação nacional em vigor (Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, alterada pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, pela Lei n.º 3/2012, de 28 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio, Lei 146/2015, de 9 de setembro, Lei 28/2016, de 23 de agosto, e ainda pelos artigos 281.º a 284.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e suas alterações) que regulamenta a promoção da segurança e saúde no trabalho (SST), todas as entidades empregadoras estão obrigadas a organizar os seus serviços de SST.

A organização deste serviço tem como objetivo assegurar que as condições de trabalho da organização salvaguardam a segurança e a saúde física e mental dos trabalhadores, que são desenvolvidas as condições técnicas necessárias à aplicação das medidas de prevenção inerentes ao empregador, que os trabalhadores recebem as informações e formações necessárias no domínio da segurança e saúde no trabalho, e que os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, os próprios trabalhadores, são devidamente informados e consultados.

O presente documento pretende constituir uma base de apoio à seleção da modalidade dos serviços de SST mais adequada às especificidades de cada entidade empregadora.

1. OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR

O serviço de segurança e saúde de uma organização tem por objetivo garantir que são disponibilizadas as devidas condições de segurança e saúde aos seus trabalhadores. Neste aspeto, o empregador está obrigado a assegurar o seguinte (artigo 15.º - 2 da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro):

- Evitar os riscos;
- Planificar a prevenção como um sistema coerente que integre a evolução técnica, a organização do trabalho, as condições de trabalho, as relações sociais e a influência dos fatores ambientais;
- Identificação dos riscos previsíveis em todas as atividades da empresa, estabelecimento ou serviço, na conceção ou construção de instalações, de locais e processos de trabalho, assim como na seleção de equipamentos, substâncias e produtos, com vista à eliminação dos mesmos ou, quando esta seja inviável, à redução dos seus efeitos;
- Integração da avaliação dos riscos para a segurança e a saúde do trabalhador no conjunto das atividades da empresa, estabelecimento ou serviço, devendo adotar as medidas adequadas de proteção;
- Combate aos riscos na origem, por forma a eliminar ou reduzir a exposição e aumentar os níveis de proteção;
- Assegurar, nos locais de trabalho, que as exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos e aos fatores de risco psicossociais não constituem risco para a segurança e saúde do trabalhador;
- Adaptação do trabalho ao homem, especialmente no que se refere à conceção dos postos de trabalho, à escolha de equipamentos de trabalho e aos métodos de trabalho e produção, com vista a, nomeadamente, atenuar o trabalho monótono e o trabalho repetitivo e reduzir os riscos psicossociais;
- Adaptação ao estado de evolução da técnica, bem como a novas formas de organização do trabalho;
- Substituição do que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
- Priorização das medidas de proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual;
- Elaboração e divulgação de instruções compreensíveis e adequadas à atividade desenvolvida pelo trabalhador.

O conjunto de medidas de prevenção que for estabelecido pelo empregador deve ter por base uma correta e permanente avaliação de riscos e deve corresponder aos resultados das avaliações efetuadas, de modo a garantir níveis eficazes de proteção da segurança e saúde dos trabalhadores.

O empregador deve assegurar ainda a proteção da segurança e saúde, dentro ou fora das suas instalações, a:

- Trabalhadores com contrato de trabalho sem termo;
- Trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo ou incerto;
- Prestadores de serviços cuja mão-de-obra utilize:
 - Trabalhadores cedidos;
 - Trabalhadores temporários;
 - Estagiários, aprendizes e tirocinantes.

Refere-se ainda que, sempre que exercerem atividades no mesmo local de trabalho, simultaneamente ou sucessivamente, trabalhadores de diferentes entidades empregadoras, estas devem cooperar entre si na promoção da SST.

Para além da responsabilidade de cada empregador nunca ser substituída ou isentada, independentemente da modalidade de serviços de SST adotada, deve ainda assegurar a SST às seguintes partes interessadas, independentemente do tipo de serviço adotado por cada entidade:

Regime de subcontratação	Partes interessadas
Regime de Trabalho temporário	Empresa utilizadora
Regime de cedência ocasional	Empresa cessionária
Prestação de serviços ao abrigo de contratos de prestação de serviços	Empresa em cujas instalações o serviço é prestado

Nos restantes casos, cabe à empresa adjudicatária da obra ou do serviço assegurar a coordenação dos demais empregadores através da organização das atividades de SST.

2. ATIVIDADES PRINCIPAIS DOS SERVIÇOS DE SST

Para efeitos do cumprimento legal (Artigo 3.º - Aditamento à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, 1 e 2 do artigo 73.º - B da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro), o serviço de segurança e de saúde no trabalho de uma organização deve incluir obrigatoriamente as seguintes atividades:

- **Planear a prevenção**, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades da empresa, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
- Proceder à **avaliação dos riscos**, elaborando os respetivos relatórios;
- Elaborar o **plano de prevenção de riscos profissionais e planos detalhados de prevenção** e proteção exigidos por legislação específica;
- Participar na **elaboração do plano de emergência interno**, incluindo os planos específicos **de combate a incêndio, evacuação de instalações e primeiros socorros**;
- Colaborar na **conceção de locais, métodos e organização do trabalho**, bem como na escolha e na manutenção de **equipamentos de trabalho**;
- **Supervisionar** o aprovisionamento, a validade e a conservação dos EPI, bem como a instalação e a manutenção da **sinalização de segurança**;
- Realizar **exames de vigilância da saúde**, elaborando os relatórios e as fichas, bem como organizar e manter atualizados os registos clínicos e outros elementos informativos relativos ao trabalhador;
- Desenvolver atividades de **promoção da saúde**;
- Coordenar as medidas a adotar em caso de **perigo grave e iminente**;
- **Vigiar** as condições de trabalho de trabalhadores em **situações mais vulneráveis**;
- Conceber e desenvolver o programa de informação para a promoção da segurança e saúde no trabalho, promovendo a integração das medidas de prevenção nos sistemas de informação e comunicação da empresa;
- Conceber e desenvolver o **programa de formação** para a promoção da SST;
- Apoiar as atividades de **informação e consulta** dos representantes dos trabalhadores para a SST ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores;

- Assegurar ou acompanhar a **execução das medidas de prevenção**, promovendo a sua eficiência e operacionalidade;
- Organizar os elementos necessários às **notificações obrigatórias**;
- Elaborar as **participações obrigatórias** em caso de **acidente de trabalho** ou **doença profissional**;
- Coordenar ou acompanhar **auditorias e inspeções internas**;
- **Analisar as causas de acidentes de trabalho** ou da ocorrência de **doenças profissionais** e elaborar os respetivos relatórios;
- Recolher e organizar **elementos estatísticos** relativos à segurança e à saúde no trabalho.
- Manter atualizados, para efeitos de consulta, os seguintes elementos:
 - Resultados das avaliações de riscos profissionais;
 - Lista de acidentes de trabalho que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho, bem como acidentes ou incidentes que assumam particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;
 - Relatórios sobre acidentes de trabalho que originem ausência por incapacidade para o trabalho ou que revelem indícios de particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;
 - Lista das situações de baixa por doença e do número de dias de ausência ao trabalho, a ser remetida pelo serviço de pessoal e, no caso de doenças profissionais, a relação das doenças participadas;
 - Lista das medidas, propostas ou recomendações formuladas pelo serviço de segurança e de saúde no trabalho.

3. MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SST

As entidades empregadoras poderão optar por uma das seguintes modalidades de serviços de SST:

- Serviço Interno
- Serviço Comum
- Serviço Externo

No caso da entidade empregadora possuir mais do que um estabelecimento, poderá optar por modalidades diferentes em cada um dos seus estabelecimentos.

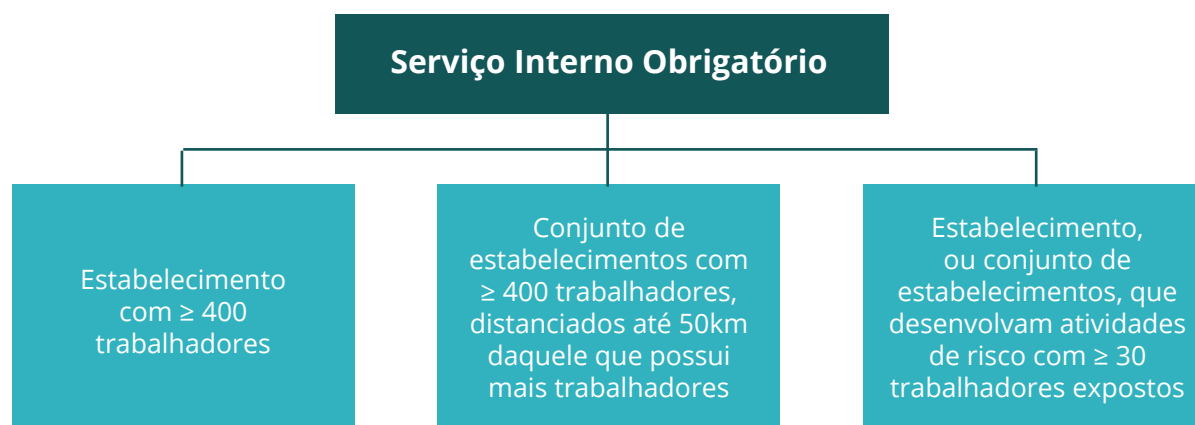
Não constituindo uma modalidade por si, existe ainda uma forma simplificada de organização dos serviços de segurança no trabalho, aplicável a trabalhadores independentes e trabalhadores de microempresas (até nove trabalhadores) que não exerçam atividades de risco elevado:

- Atividades exercidas pelo empregador ou por trabalhador designado (Segurança no Trabalho)

Importa ressaltar que a utilização de serviço comum ou externo não isenta o empregador da responsabilidade específica em matéria de segurança e saúde que a lei lhe atribui.

Refere-se ainda que, independentemente da modalidade do serviço de SST adotada, a entidade empregadora deve garantir a existência de uma estrutura interna que assegure as atividades de emergência e primeiros socorros, de evacuação de trabalhadores e de combate a incêndio e, sempre que aplicável, o resgate de trabalhadores em situação de sinistro.

Se a empresa ou estabelecimento adotar um **serviço comum ou externo**, o empregador está obrigado a designar, em cada estabelecimento ou conjunto de estabelecimentos distanciados até 50km daquele que ocupa maior número de trabalhadores e com limite total de 400 trabalhadores, **um trabalhador com formação adequada que o represente para acompanhar e coadjuvar a execução das atividades de prevenção**, servindo de interlocutor entre o empregador e os serviços de SST.



O **serviço interno** é instituído pelo empregador e faz parte da estrutura da empresa, funciona sob a sua dependência e enquadramento hierárquico e abrange exclusivamente os trabalhadores que nela prestam serviço.

Considera-se serviço interno o serviço prestado por uma empresa a outras empresas do grupo desde que todas pertençam a uma sociedade que se encontre em relação de domínio ou de grupo.

Atividades ou Trabalhos de Risco Elevado

(alíneas do artigo 79.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro)

- a) Trabalhos em obras de construção, escavação, movimentação de terras, túneis, com risco de quedas de altura ou de soterramento, demolições e intervenção em ferrovias e rodovias sem interrupção de tráfego;
- b) Atividades de indústrias extrativas;
- c) Trabalho hiperbárico;
- d) Atividades que envolvam a utilização ou armazenagem de produtos químicos perigosos suscetíveis de provocar acidentes graves;
- e) Fabrico, transporte e utilização de explosivos e pirotecnia;
- f) Atividades de indústria siderúrgica e construção naval;
- g) Atividades que envolvam contacto com correntes elétricas de média e alta tensões;
- h) Produção e transporte de gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos ou a utilização significativa dos mesmos;
- i) Atividades que impliquem a exposição a radiações ionizantes;
- j) Atividades que impliquem a exposição a agentes cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução;
- l) Atividades que impliquem a exposição a agentes biológicos do grupo 3 ou 4;
- m) Trabalhos que envolvam exposição a sílica.

3.1.1 Dispensa do Serviço Interno

Os estabelecimentos podem solicitar a dispensa do serviço interno quando (n.º 1 do artigo 80.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro):

- Não exerça atividades de risco elevado;
- Apresente taxas de incidência e de gravidade de acidentes de trabalho, nos dois últimos anos, que não sejam superiores à média do respetivo setor;
- Não existam doenças profissionais confirmadas contraídas ao serviço da empresa ou para as quais tenham contribuído direta e decisivamente as condições de trabalho da empresa;
- O empregador não tenha sido punido por infrações muito graves respeitantes à violação da legislação de SST praticadas no mesmo estabelecimento nos últimos dois anos;
- Se verifique, pela análise dos relatórios de avaliação de risco apresentados pelo requerente ou através de vistoria, quando necessário, que são respeitados os valores limite de exposição a substâncias ou fatores de risco.

Esta solicitação deve ser efetuada mediante requerimento de autorização próprio, o qual deve ser enviado ao organismo competente, por via eletrónica, e ser acompanhado de parecer fundamentado dos representantes dos trabalhadores para a SST ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores.

No caso da dispensa do serviço interno de Saúde no Trabalho, e de acordo com a Instrução 5/2011/PNSOC/DGS da DGS — Pedido de Dispensa de Serviços Internos, é ainda critério para dispensa a não existência de acidente mortal.

A autorização para a dispensa de serviços internos é revogada quando (n.º 4 do artigo 80.º da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro):

- Tiver ocorrido um acidente de trabalho mortal por violação de regras de segurança e de saúde no trabalho imputado ao empregador;
- O empregador apresentar taxas de incidência e de gravidade de acidentes de trabalho nos dois últimos anos superiores à média do respetivo setor, sempre que existam dados disponíveis;
- Se verifiquem doenças profissionais contraídas ao serviço da empresa ou para as quais tenham contribuído direta e decisivamente as condições de trabalho da empresa;
- O empregador tiver sido condenado, nos dois últimos anos, pela prática de contraordenação muito grave ou em reincidência pela prática de contraordenação grave em matéria de segurança e de saúde no trabalho.

Em caso de revogação da autorização para dispensa de serviços internos a empresa ou estabelecimento deve adotar serviços internos no prazo de seis meses. (n.º 7 do artigo 80.º Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro).

3.2 Serviço Comum

O **serviço comum** é instituído por acordo entre várias empresas ou estabelecimentos pertencentes a sociedades que não se encontrem em relação de grupo nem estejam obrigadas a adotar serviço interno (embora possam fazê-lo).

O acordo deve ser celebrado por escrito e comunicado ao organismo com competência para a promoção da SST do ministério responsável pela área laboral ou ao organismo competente do ministério responsável pela área da saúde, consoante os casos, no prazo máximo de 10 dias após a sua celebração.

A comunicação deve ser acompanhada de parecer fundamentado dos representantes dos trabalhadores para a SST ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores e deve ser apresentado por via eletrónica, através do balcão único eletrónico dos serviços, de acordo com o modelo disponibilizado nas páginas eletrónicas dos organismos competentes.

3.3 Serviço Externo

Consiste no serviço que é desenvolvido por entidade que, mediante contrato celebrado por escrito com o empregador, realiza atividades de segurança e/ou saúde no trabalho.

O **serviço externo** pode ser do tipo:

- **Associativos**, prestados por associações com personalidade jurídica sem fins lucrativos, cujo fim estatutário compreenda a atividade de prestação de serviços de SST;
- **Cooperativos**, prestados por cooperativas cujo objeto estatutário compreenda a atividade de prestação de serviços de segurança e saúde no trabalho;
- **Privados**, prestados por sociedades cujo objeto social compreenda a atividade de prestação de serviços de segurança e de saúde no trabalho ou por pessoa singular que detenha as qualificações legalmente exigidas para o exercício da atividade;
- **Convencionados**, prestados por qualquer entidade da administração pública central, regional ou local, instituto público ou instituição integrada no Serviço Nacional de Saúde.



A prestação deste tipo de serviços carece de autorização por parte da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), no caso de exercício de atividade no domínio da segurança, e da Direção-Geral da Saúde, no caso de exercício de atividade no domínio da saúde.

As empresas autorizadas a prestar serviços de SST não podem intervir em clientes com atividades ou trabalhos de risco elevado, sem que estejam especificamente autorizadas para o efeito.

As autorizações para a prestação de serviços externos têm identificado por alínea as atividades de risco elevado para as quais estão autorizadas a prestar serviços de SST.

Exemplo: A empresa X tem associado na listagem de empresas autorizadas da ACT as alíneas a), i), l) e m).

Consultando a listagem das Atividades ou Trabalhos de Risco Elevado (artigo 79.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações), verificamos que a empresa está autorizada a prestar serviços apenas no âmbito das seguintes atividades com risco elevado:

- a) Trabalhos em obras de construção, escavação, movimentação de terras, de túneis, com riscos de quedas de altura ou de soterramento, demolições e intervenção em ferrovias e rodovias sem interrupção de tráfego;
- i) Atividades que impliquem a exposição a radiações ionizantes;
- l) Atividades que impliquem a exposição a agentes biológicos do grupo 3 ou 4;
- m) Trabalhos que envolvam exposição a sílica.

As empresas autorizadas e alíneas da autorização podem ser consultadas nas seguintes páginas das respetivas autoridades:

- **Segurança no Trabalho (ACT)**
- **Saúde do trabalho (DGS)**

3.4 Recurso ao Serviço Nacional de Saúde

Segundo as alterações realizadas na Portaria n.º 121/2016, de 4 de maio, as consultas de vigilância da saúde até à data efetuadas no Serviço Nacional de Saúde prestados no âmbito da saúde no trabalho aos grupos de trabalhadores específicos (artigo 76.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro), deixam de poder ser asseguradas por especialistas de medicina Geral e Familiar, por se tratarem de funções específicas da especialidade de Medicina do Trabalho para as quais estes profissionais não estão devidamente habilitados, assim como a emissão, por estes especialistas, da respetiva ficha de aptidão.

Importa, contudo, verificar que nos termos dos artigos 107.º e 108.º da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, a responsabilidade técnica da vigilância da saúde cabe ao médico do trabalho e as consultas de vigilância da saúde devem ser efetuadas por médico que reúna os requisitos previstos no artigo 103.º da referida lei, considerando-se médico do trabalho para efeitos da presente lei, o licenciado em Medicina com especialidade de medicina do trabalho reconhecida pela Ordem dos Médicos.

3.5 Atividades exercidas pelo Empregador ou por Trabalhador Designado

Na empresa, estabelecimento ou conjunto de estabelecimentos distanciados até 50km do de maior dimensão que empregue, no máximo, nove trabalhadores e cuja atividade não seja de risco elevado, o exercício da atividade de segurança no trabalho pode ser assegurado pelo empregador ou trabalhador designado, somente na área de segurança do trabalho, mediante autorização da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), no continente, ou dos serviços competentes das Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira e desde que disponham de tempo e dos meios necessários.

Formação adequada (alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro): aquela que permite a aquisição de competências básicas, nomeadamente em matéria de segurança, saúde, ergonomia, ambiente e organização do trabalho, seja comunicada previamente ao serviço com competência para a promoção da segurança e saúde no trabalho do ministério responsável pela área laboral e seja ministrada, em alternativa, por:

- Entidade formadora certificada ou equiparada nos termos da lei que regula o acesso e exercício da atividade de formação profissional de TSST ou TST;
- Entidade formadora especificamente certificada para este efeito, nos termos do regime quadro de certificação das entidades formadoras, com as adaptações constantes de portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área laboral, sendo autoridade competente o organismo com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral.

O exercício das atividades de segurança no trabalho pelo empregador ou por trabalhador designado requer autorização da ACT, mediante requerimento por formulário próprio.

A autorização é revogada sempre que na empresa, estabelecimento ou conjunto de estabelecimentos (artigo 81.º da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro):

- Na empresa, no estabelecimento ou conjunto de estabelecimentos tiver ocorrido um acidente de trabalho mortal por violação de regras de segurança e de saúde no trabalho imputável ao empregador;
- O empregador tiver sido condenado, nos dois últimos anos, pela prática de condenação muito grave em matéria de segurança e saúde no trabalho ou em reincidência pela prática de contraordenação grave em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- O empregador não tiver comunicado ao organismo com competência em matéria de promoção de segurança e saúde no trabalho do ministério responsável pela área laboral a verificação da alteração dos elementos que fundamentaram a autorização, no prazo de 30 dias.

Em caso de revogação da autorização, o empregador deve adotar outra modalidade de organização do serviço de segurança e de saúde no trabalho, no prazo de 90 dias.

4. REQUISITOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SST

Para efeitos da organização de serviço interno de SST, as empresas devem garantir o cumprimento dos seguintes requisitos.

- Qualidade técnica dos procedimentos, nomeadamente para avaliação das condições de segurança e de saúde e planeamento das atividades;
- Capacidade para o exercício das atividades previstas, sem prejuízo do recurso a subcontratação apenas para a execução de outras tarefas de elevada complexidade ou pouco frequentes;

Garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnica e de organização dos tratamentos de dados pessoais a efetuar.

4.1 Segurança no Trabalho

Recursos Humanos

Estabelecimentos Industriais:

- até 50 trabalhadores: um técnico de segurança e saúde no trabalho;
- acima de 50 trabalhadores: dois técnicos de segurança e saúde no trabalho por cada 1500 trabalhadores abrangidos ou fração, sendo pelo menos um deles técnico superior.

Restantes estabelecimentos:

- até 50 trabalhadores: um técnico de segurança e saúde no trabalho;
- acima de 50 trabalhadores: dois técnicos de segurança e saúde no trabalho, por cada 3000 trabalhadores abrangidos ou fração, sendo pelo menos um deles técnico superior.

Instalações

As instalações da entidade prestadora de serviços externos de Segurança no Trabalho não têm requisitos especiais, devendo ser adequadas ao número de trabalhadores que desenvolvem atividade nesse local e atender ao estipulado no Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços (Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto), no Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro, e na Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro, que estabelecem as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho.

Equipamentos

O seguinte quadro apresenta os utensílios e equipamentos fundamentais a serem utilizados na avaliação das condições de segurança no trabalho. Para além destes, devem ser tidos em conta outros equipamentos de apoio, em quantidade adequada ao número de trabalhadores da entidade prestadora de serviços (equipamento de escritório, por exemplo).

Parâmetro a avaliar	Equipamento
Ruído	Sonómetro e dosímetro de acordo com o Anexo II do Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro
Iluminação	Luxímetro com célula fotoelétrica separada
Ambiente térmico	Analizador de climas interiores com transdutores de temperatura do ar, temperatura de radiação, humidade relativa, velocidade de ar; Monitor de stress térmico com os respetivos transdutores
Contaminantes químicos	Bomba de aspiração para tubos colorimétricos

As entidades prestadoras devem ainda ser titulares de outros equipamentos técnicos, sempre que se possa verificar a existência de riscos profissionais específicos cuja avaliação requeira equipamentos diferentes dos listados nos requisitos mínimos.

A ACT disponibiliza a título informativo um quadro com equipamento a utilizar e os respetivos requisitos e normas de amostragem e análise.

4.2 Saúde no Trabalho

Recursos Humanos

O médico do trabalho deve prestar atividade durante o número de horas necessário à realização dos atos médicos, de rotina ou de emergência, e outros trabalhos que deva coordenar.

Médico do trabalho:

- Em estabelecimento industrial ou outro estabelecimento de outra natureza com risco elevado, pelo menos uma hora por mês por cada grupo de 10 trabalhadores ou fração;
- Restantes estabelecimentos, pelo menos uma hora por mês para cada grupo de 20 trabalhadores ou fração.

O médico do trabalho deve ter uma percentagem do tempo atribuído (não inferior a ¼ do tempo) para conhecer as componentes materiais do trabalho com influência na saúde do trabalhador (avaliação do risco profissional), desenvolvendo a atividade no próprio estabelecimento.

De acordo com a legislação em vigor, nas empresas com mais de 250 trabalhadores, o médico do trabalho deve ser coadjuvado por um enfermeiro com experiência adequada.

É proibido o médico do trabalho assegurar a vigilância da saúde de um número de trabalhadores a que correspondam mais de cento e cinquenta horas de atividade por mês.

De acordo com a DGS, o tempo de trabalho do enfermeiro não deve ser inferior ao tempo atribuído ao médico do trabalho.

Instalações

De acordo com a DGS, as condições higio-sanitárias e técnico-funcionais das instalações destinadas ao exercício de prestação de serviços de saúde no trabalho devem obedecer, para além dos referidos para a prestação de serviços de segurança no trabalho, aos requisitos mínimos para o exercício da atividade das Clínicas e dos Consultórios Médicos.

As instalações onde funcionam as atividades de Saúde no Trabalho podem ser as instalações fixas ou móveis da empresa prestadora, ou as instalações fixas da empresa cliente.

O recurso a instalações móveis é aceitável na vigilância da saúde dos trabalhadores em estaleiros ou outros postos de trabalho móveis ou em micro e pequenas empresas localizadas em zonas geográficas pouco acessíveis, requerendo autorização da DGS.

Em qualquer dos casos, as instalações devem cumprir os parâmetros estabelecidos na legislação de carácter geral no que respeita à segurança das instalações e condições de utilização, por exemplo, quanto aos parâmetros de arejamento e iluminação, entre outros.

Áreas mínimas dos gabinetes nas instalações da entidade prestadora:

- Gabinete médico e gabinete de enfermagem: área mínima de 12m², com uma das dimensões lineares não inferior a 2,60m;
- Sala de espera: área mínima de 8m².

Áreas mínimas dos gabinetes nas instalações móveis de vigilância da saúde da entidade prestadora:

Sempre que possível as áreas deverão ser semelhantes às consideradas nas instalações fixas da empresa prestadora dos serviços, considerando-se, no entanto, as necessárias adaptações.

De acordo com a Circular Normativa n.º 06/DSPPS/DCVAE, de 31/03/2010, da DGS, a estrutura física das instalações deve ser constituída, no mínimo, por três compartimentos — dois gabinetes e instalações sanitárias/vestiários com dimensões adaptadas. Altura mínima de 1,90 m e área superior a 4m² nos gabinetes.

Os equipamentos/utensílios devem respeitar o preconizado no quadro abaixo.

Áreas mínimas dos gabinetes nas instalações da entidade cliente:

As mesmas áreas consideradas nas instalações fixas da empresa prestadora dos serviços, podendo não existir gabinete de enfermagem se o número de trabalhadores abrangidos for inferior a 250 no estabelecimento ou grupo de estabelecimentos pertencentes à entidade cliente situados num raio de 50km.

Equipamentos

De acordo com as indicações da DGS expressas na Circular Normativa n.º 06/DSPPS/DCVAE de 31/03/2010, os equipamentos e utensílios mínimos na prestação de serviços de saúde são os constantes do seguinte quadro:

	Equipamento
Gabinete Médico	Mobiliário: cadeira giratória de 5 pernas; cadeira simples; mesa de trabalho com, pelo menos 1,00 x 0,50m, com gavetas; banco rotativo; catre; cesto para papéis; e candeeiro rodado de haste flexível.
Gabinete de Enfermagem	Equipamento/utensílios: de rastreio da visão (ex.: "visioteste" ou "titmus"); negatoscópio simples; estetofonendoscópio; esfigmomanómetro; espirómetro, eletrocardiografo, "mini-set" oftalmoscópio e otoscópio; e equipamento de suporte vital de vida e de emergência.

As entidades que prestam serviços na área de saúde no trabalho devem garantir as condições necessárias a uma adequada vigilância da saúde dos trabalhadores em todas as circunstâncias laborais, sendo que devem possuir o equipamento e a tecnologia previstos na legislação aplicável a riscos específicos.

O serviço de saúde no trabalho deve ser ainda dotado de equipamento informático com *software* adequado às atividades a desenvolver que permita a sua utilização em rede, em todos os pontos do sistema e que garanta a confidencialidade dos dados.

As unidades móveis devem estar equipadas de acordo com os requisitos estabelecidos para as instalações fixas, e apenas devem ser utilizadas em condições muito específicas como consta na referida circular, nomeadamente em locais de difícil acesso ou temporário, caso contrário deverão estar disponíveis as condições atrás descritas.

Subcontratação de serviços pelas entidades prestadoras de serviços externos de SST

A subcontratação de serviços é admissível apenas no que diz respeito a tarefas de elevada complexidade e pouco frequentes:

- Laboratórios especializados e acreditados para a identificação de agentes químicos e biológicos;
- Entidades especializadas na avaliação de vibrações;
- Entidades especializadas na avaliação de radiações ionizantes;
- Entidades especializadas em domínios relacionados com a ergonomia.

A prestação de serviços de saúde no trabalho não pode envolver subcontratação de outras empresas (autorizadas ou não), assim como não pode incluir médicos não constantes do mapa de recursos humanos autorizado.

5. CONSULTA, INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DA SST

Consulta

O empregador deve consultar por escrito e **pelo menos uma vez por ano** os representantes dos trabalhadores, ou na sua falta os próprios trabalhadores, sobre diversas matérias de SST.

Informação

O empregador deve informar os trabalhadores sobre os riscos existentes no local de trabalho e medidas de ação adequadas e reforçar sempre que haja introdução ou alteração dos elementos inerentes à tarefa (p. ex. alteração da máquina).

Deverá ainda informar sobre as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente, primeiros socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores.

Exemplo de boa prática

Disponibilização da informação das fichas de dados de segurança (FDS) dos produtos químicos utilizados

Formação

O empregador está obrigado a garantir que os trabalhadores da sua organização recebem formação, no domínio da SST, adequada ao seu posto de trabalho e ao exercício de atividades de risco elevado. Se os trabalhadores exercerem **atividades específicas de SST**, o empregador deve ainda assegurar que estes trabalhadores recebem formação permanente para o exercício das funções em causa.

Complementarmente, o empregador deve formar ainda, em número suficiente à dimensão da empresa e aos riscos aí existentes, os trabalhadores responsáveis pela aplicação das **medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores** e facultar-lhes o material adequado.

É importante a reciclagem da formação dos trabalhadores para **atualização das competências**. Na admissão do trabalhador deve ser ministrada formação **inicial** sobre SST tendo como objetivo a aquisição de conhecimentos genéricos de SST e de aspetos relevantes para o exercício da atividade a desempenhar.

Reforçando os conhecimentos e competências específicas do trabalhador, a formação **periódica/contínua** em SST, permite a especialização, reciclagem ou mesmo aperfeiçoamento dos colaboradores.

Não obstante, sempre que o trabalhador muda de posto de trabalho ou são verificadas alterações relevantes na atividade que desenvolve, deve ser proporcionada formação **(ocasional)**.

6. EXAMES DE SAÚDE

O empregador está obrigado a promover a realização de exames de saúde adequados, por médico do trabalho devidamente autorizado para o efeito, de modo a comprovar e avaliar a aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício das suas atividades. Os exames de saúde a realizar e a sua periodicidade são os a seguir apresentados (artigo 108.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro):

Exames de Admissão

antes do início da prestação de trabalho ou, se a urgência da admissão o justificar, nos 15 dias seguintes

Exames ocasionais

sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente

Na sequência da realização dos exames de saúde é emitida uma **Ficha de Aptidão Médica (FAM)**.

Face ao resultado dos exames de saúde realizados, o trabalhador pode ser considerado **apto**, **apto condicionado ou inapto** para a realização das atividades laborais. Face à inaptidão, ou aptidão parcial para o trabalho, o médico do trabalho deve indicar, sendo caso disso, **outras funções que o trabalhador possa desempenhar**.

Uma cópia da **FAM** deve ser remetida pelo médico do trabalho ao responsável de Recursos Humanos da empresa. A **FAM** deve ser dada a conhecer ao trabalhador, o qual deve assiná-la e datá-la.

Para mais informações consulte a Informação Técnica 08/2014 da DGS — *Manual de Procedimentos no âmbito da Saúde do Trabalho*. Este documento tem como objetivo estabelecer e uniformizar as principais práticas e procedimentos de carácter técnico-organizativo do Serviço de Saúde do Trabalho.

7. DOCUMENTAÇÃO

A regulamentação de SST exige que o serviço de segurança e de saúde no trabalho mantenha atualizados, para efeitos de consulta, os seguintes elementos:

Avaliação de Riscos Profissionais

Lista de acidentes de trabalho que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho, bem como acidentes ou incidentes que assumam particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;

Relatórios sobre acidentes de trabalho que originem ausência por incapacidade para o trabalho ou que revelem indícios de particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;

Lista das situações de baixa por doença e do número de dias de ausência ao trabalho, a ser remetida pelo serviço de pessoal e, no caso de doenças profissionais, a relação das doenças participadas;

Lista das medidas, propostas ou recomendações formuladas pelo serviço de segurança e de saúde no trabalho;

O **Relatório Único**, referente à informação sobre a atividade social da empresa, que deve ser obrigatoriamente preenchido todos os anos, inclui dois anexos relacionados com Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (o primeiro indiretamente):

Anexo C – Relatório anual da Formação Contínua;

Anexo D – Relatório anual da Atividade do Serviço de SST.

8. REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES

Representante do trabalhador é o trabalhador eleito para exercer funções de representação dos trabalhadores nos domínios da SST, sendo que deve ser assegurada formação permanente para o exercício das respetivas funções.

O modelo de eleição do(s) representante(s) do trabalhador está definido na legislação aplicável (Secção II do capítulo IV da Lei n.º 3/2014, de 28 de setembro).

9. CONTACTOS



Autoridade para as Condições do Trabalho
Direção de Serviços de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho

Avenida Casal Ribeiro, n.º 18 A
1000-092 Lisboa
Telefone: 213 308 700
Fax: 213 308 707
Informativo Telefónico: 707 228 448
(2.ª a 6.ª, das 9:30 às 12:30 e das 14:00 às 17:30)
Site: <http://www.act.gov.pt/>



Direção-Geral da Saúde (DGS)
Divisão de Saúde Ambiental e Ocupacional da DGS

Alameda D. Afonso Henriques, n.º 45
1049-005 Lisboa
Telefone: 218430500
Fax: 218430530
E-mail: saudetrabalho@dgs.pt
Site: <http://www.dgs.pt/saude-ocupacional.aspx>

10. ENQUADRAMENTO LEGAL

Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro | Estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho
Alterada pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, pela Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio, pela Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro e pela Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto.

ANEXOS

GUIA DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA

WWW.APSEI.ORG.PT

Tel. + 351 219 527 849

apsei@apsei.org.pt

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:

